

A Relatividade de Todo Conhecimento *

por Tobias Barreto

A primeira proposição do programa pretende estabelecer como verdade a relatividade dos conhecimentos humanos. Parece à primeira vista que nenhuma dúvida se pode levantar sobre tal ponto. Desacreditada a pretensiosa ontologia metafísica e quase reduzida a proporções de velha mitologia, que tem perdido o seu primitivo encanto poético, é explicável que a idéia da relatividade de todo o saber humano viesse substituir o antigo prejuízo dos princípios absolutos.

Mas é mister que nos entendamos e tratemos logo de prevenir-nos contra um grande erro, que pode resultar de uma má interpretação do programa. Ele começa por dizer que os conhecimentos humanos são relativos. Se com isto quis apenas significar que os nossos conhecimentos estão na dependência de certas condições, sem cujo preenchimento eles não podem ser completos, e porque tais condições nunca serão perfeitamente preenchidas, também eles nunca estarão no caso de se chamarem perfeitos, se esta é a idéia visada pelo programa, nenhuma contestação.

Não é crível, porém, que a isto se quisesse restringir a proposição mencionada. A idéia da relatividade de todo o saber não é uma idéia nova; pelo contrário é quase tão velha como a filosofia. Entretanto, neste século, e mesmo em nossos dias, ela parece ter tomado um caráter novo. Pelo menos é certo que filósofos notáveis não se têm dignado de consumir, por amor dela, muito papel e muita tinta, posto que nenhum proveito sensível nos tenha advindo de semelhante gasto.

É na Inglaterra principalmente, que, nos últimos tempos, a teoria da relatividade do saber tem sido professada e discutida com particular predileção. Quem primeiro ali apresentou-a com uma certa insistência (*refiro-me aos tempos atuais*) foi Hamilton¹, que aliás não teve coragem de sustentá-la em todas as suas consequências. Na obra de Stuart Mill² sobre a filosofia de Hamilton há dois capítulos (*II e III*) consagrados à elucidação desta doutrina.

Sobretudo interessante é o capítulo II, porque nele vêm expostas concisa e claramente todas as diversas nuances da teoria em questão. Porém é de supor que este distinto pensador, a despeito de sua grande sagacidade, deixou despercebido um ponto essencial na afirmação da relatividade dos nossos conhecimentos.

Mill opina que essa relatividade consiste no fato de que nós só podemos conhecer as nossas próprias afecções e nossos estados íntimos. Por isso, para ele, os extremos relativistas são aqueles que afirmam que nós não só nada conhecemos além dos nossos próprios estados, como também que nada mais temos, nada mais há a conhecer.

Mas isto envolve um engano. Com a relatividade do saber admite-se um elemento de inverdade, de imperfeita validade objetiva. Afirmar que os nossos conhecimentos são relativos só tem sentido sob o pressuposto de que as coisas em si não são tais, quais são para nós, e que só podemos-las conhecer tais quais

elas nos aparecem.

Negando-se esta distinção, todo o saber é decerto relativo a nós, mas esta relatividade não implica então nenhuma inverdade dos conhecimentos, nenhuma limitação da sua validade. O saber seria então absolutamente verdadeiro. Mas quando se diz que os conhecimentos humanos são relativos, o que se quer afirmar é justamente o contrário daquilo, é que absolutamente verdadeiro é o nosso saber. Esta teoria da relatividade formou-se em oposição à consciência comum, e este ponto não deve ficar esquecido.

O homem não reflete, crê: primeiro, que ele conhece as coisas exatamente como elas são em si; segundo, que estas coisas existem justamente como são conhecidas, independentes do conhecimento; são objetos em si, absolutos, sem relação a nós. Foi a inconciliabilidade destas duas asserções que provocou os primeiros escrúpulos cépticos.

Já na Grécia, Protágoras⁴ disse que o homem é a medida de todas as coisas, das que são, como elas são, das que não são, como elas não são; e por este modo levou a doutrina da relatividade aos seus extremos limites. Porém é de notar que quando assim se leva tão longe esta teoria, ela converte-se no seu contrário e dá aos nossos conhecimentos uma validade e verdade ilimitadas, que de todo se opõem aos fatos.

A tese de Protágoras implica necessariamente que os objetos cognoscíveis não se distinguem do conhecimento que temos deles, pois que a não ser assim, o sujeito cognoscente não poderia ser medida de tudo, se o conhecimento e seu objeto não são duas, mas uma só coisa, então não se pode mais falar de relatividade. Uma relação, se esta palavra tem um sentido, não é concebível sem duas coisas, entre as quais a relação existe, e sem relação, naturalmente, não é possível relatividade alguma. Os relativistas modernos aproximam-se de Protágoras. Porém nós acabamos de ver onde pára o protagonismo.

A doutrina da relatividade só tem senso racional nas duas seguintes hipóteses: primeira, que os objetos cognoscíveis são determinados pela própria natureza do sujeito cognoscente; segunda, que eles, justamente por causa desta sua relatividade, não representam a verdadeira, absoluta essência da realidade. Que se deve entender, quando se diz que os objetivos cognoscíveis são relativos ao sujeito, estão em necessária relação com ele? Somente isto: que na essência dos mesmos objetos há alguma coisa que os prende ao sujeito, uma originária adaptação daqueles à leis deste.

A relatividade do saber encerra dois momentos, diz A. Spir³: primeiramente, o conhecimento dos objetos, dados como coisas externas no espaço, só é valioso com relação ao ponto de vista da consciência comum, mas objetivamente, ou em si, inexato, não verdadeiro. Conforme a expressão de Kant, as coisas têm no espaço só uma realidade empírica, nenhuma realidade transcendental. Em segundo lugar, os objetos empíricos são simples fenômenos, não apresentam a realidade em sua essência originária, absoluta, porém na forma estranha da pluralidade da mudança e da antítese ou dualidade de sujeito e objeto de conhecimento.

E eis aí o que se pode dizer em nome da filosofia ainda que em ligeiros traços a respeito da afirmação que os nossos conhecimentos são relativos. Entretanto, dou-me pressa em confessar que a questão da relatividade, assim concebida, e só

assim é que regularmente deve sê-lo, não tem muito cabimento na ciência, de que nos ocupamos. Mal se descobre a ligação que possa haver entre esta tese e as demais que lhe sucedem no encadeamento lógico do sistema.

Para ter alguma razão-de-ser é mister considerá-la no sentido de limitação. Todos os nossos conhecimentos são limitados. E dois são estes limites, diz Dubois Reymond⁵: um consiste em que nós não podemos saber o que é força e matéria; o outro em que não podemos saber, como dos átomos e seu movimento pode nascer uma sensação....

[*] *A Relatividade de Todo Conhecimento*: apontamentos de aula (1885) divulgados, após a morte do autor, por Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos, ou Sílvio Romero (1851-1914), seu contemporâneo e, como ele, um dos precursores da assim chamada Escola do Recife. Ao fazê-lo, Sílvio Romero informa: "Esses apontamentos para uma lição num dos cursos da Faculdade de Direito são de 1885". ("Relatividade de Todo Conhecimento": publicado em Estudos de Filosofia, Grijalbo-MEC, 1977, p 311-313; coletânea organizada por Paulo Mercadante e Antonio Paim, com base nos Volumes I e III da Obra Completa, editada pelo Instituto Nacional do Livro em 1966).

Observação: Publicado no DataGramZero, número zero, em dezembro de 1999. Esta republicação rememora nosso início.

Notas:

[1](Sir) William Hamilton (1805, Dublin - 1865, Dunsink), físico e filósofo irlandês, conhecido por sua formulação do Princípio da Mínima Ação, ou Princípio de Hamilton.

[2]"Examination of Sir William Hamilton's Philosophy" (1865), de John Stuart Mill (1806, Londres - 1873, Avignon), filósofo positivista inglês, adepto de August Comte.

[3]African Aleksandrovitch Spir (Ucrânia, 1837 - Genebra, 1890), filósofo russo, viveu muitos anos na Alemanha, escreveu sobre a moral e o conhecimento, sob uma perspectiva teológica (Moralität und Religion, 1874; Studien, 1883).

[4]Protágoras de Abdera <http://pt.wikipedia.org/wiki/Prot%C3%A1goras_de_Abdera>

[5]Emil du Bois-Reymond (1818-1896), fisiologista e filósofo alemão, estudou as diferenças de potencial no tecido vivo, em particular, sua variação negativa com a atividade (potencial de ação). Assim como o psicólogo Gustav Theodor Fechner (1801-1887), foi um continuador de certa tradição alemã, que passa, entre outros, por Schopenhauer e que concilia em uma mesma obra pesquisa empírica e metafísica.

Direito, fundador de um colégio, de um jornal e de uma tipografia, foi um dos pioneiros da chamada Escola do Recife. Crítico do ecletismo espiritualista e do positivismo, defendendo a metafísica em um diálogo aberto com as ciências, seus escritos podem ser considerados precursores do culturalismo.
